

O abastecimento militar ao tempo do Bloqueio de Sevilha (1369-1370)

Military supply in times of the Blockade of Seville (1369-1370)

*Elise Cardoso**

Universidad de Coimbra

Resumo

O seguinte artigo debruça-se sobre um episódio que decorreu durante a Primeira Guerra Fernandina: o bloqueio realizado pela frota portuguesa a Sevilha em 1369-1370. O principal objectivo será expor as condições adversas nas quais a frota portuguesa sobreviveu ao inverno estacionada no Guadalquivir, o que nos leva a olhar para a questão da logística de todo este empreendimento. Como se abastecia uma frota? Que tipo de alimentos seria consumido? Como conseguiu a frota sobreviver tanto tempo parada no mesmo local? Percebemos que existia uma linha de abastecimentos entre a frota e o reino; uma embarcação viria ao Algarve e a Lisboa recolher viveres e regressava ao Guadalquivir para abastecer a ansiosa frota. Através da descrição de Fernão Lopes, verificamos que, mesmo assim, a frota portuguesa passou diversas dificuldades, muito possivelmente, devido ao facto de os víveres não terem sido levados em quantidades suficientes, resultando em doenças e diversas deserções. De igual modo, o facto de ser inverno não terá ajudado a situação portuguesa. Terminamos relatando a fuga

* Estudante de Doutoramento em História vertente História Medieval, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Integra o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa bem como o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é igualmente membro da Associação Ibérica de História Militar (AIHM). Correo electrónico: elise_cardoso@hotmail.com

da frota portuguesa em resposta ao aparecimento de galés castelhanas. Esperamos que com este artigo possamos chamar a atenção para este episódio tão interessante, bem como para as questões ligadas à logística militar, tão relevantes para o sucesso de uma expedição.

Palavras-Chave

Logística; Abastecimento; Frotas; Guerras Fernandinas; Bloqueio Naval; Sevilha.

Abstract

The following article regards an episode that occurred during the First Fernandine War: the Portuguese naval blockade to the city of Seville in 1369-1370. The main objective will be to expose the adverse conditions in which the Portuguese fleet survived the winter stationed in the Guadalquivir River. That will lead us to look at the logistics of this whole enterprise. How did the fleet get supplied? What kind of diet would be consumed? How did the fleet survive so long anchored in the same place? I realized that there was a supply line between the fleet and the kingdom; a vessel would come to the Algarve, as well as to Lisbon in order to collect food and return to Guadalquivir to supply the anxious fleet. Through the description of Fernão Lopes, it was possible to verify that even then, the Portuguese fleet went through several difficulties, quite possibly due to the fact that food was not brought in sufficient quantities, resulting in diseases and several desertions. That fact that winter was coming helped worsening the fleet's situation. Finally the blockage was lifted up by the escape of the Portuguese fleet due to the appearance of the Castilian galleys. I hope that with this article I can draw attention to this interesting episode, as well as to the study of the military logistics issue, so relevant to the success of an expedition.

Keywords

Logistics; Supplies; Fleets; Fernandinae Wars; Naval Blockade; Seville.

1. Introdução/Contextualização

A Primeira Guerra Fernandina teve na sua base a conturbada situação interna em que se encontrava o trono castelhano. D. Pedro I, rei de Castela, viu-se obrigado, entre 1366 e 1369, a enfrentar o seu meio-irmão bastardo, Henrique de Trastâmara, que, com o apoio de França, tentava usurpar-lhe o trono. Em 1367, em Nájera, com o apoio militar inglês conseguiu derrotar o seu meio-irmão Henrique, que contava com o apoio de tropas francesas¹. De notar que nos encontramos no contexto da Guerra

1 MONTEIRO, *Aljubarrota*, p. 12

dos Cem Anos, que irá estender o seu palco à Península Ibérica². No entanto, em março de 1369, após a Batalha de Montiel, D. Henrique coloca um ponto final no conflito, ao assassinar o seu meio-irmão, inaugurando assim um novo ciclo na vida política castelhana³. Será neste contexto que D. Fernando⁴ se apresenta como candidato ao trono de Castela, na qualidade de neto legítimo de D. Sancho IV⁵. O monarca português, após reforçar a defesa do reino, realiza uma campanha pela Galiza, onde era apoiado por diversas cidades. O objetivo seria controlar alguns castelos, que naquela região, lhe mostravam resistência. Assim, em junho de 1369 montou cerco a Monterrey⁶. Será sensivelmente nesta altura que a frota portuguesa a mando de D. Fernando se encaminhou para o local que irá ocupar durante mais de um ano, no rio Guadalquivir, de modo a exercer um bloqueio naval sobre a cidade de Sevilha.

2. O Bloqueio de Sevilha

Em finais de maio/inícios de julho (em simultâneo com a campanha da Galiza) D. Fernando enviou na direção de Sevilha uma armada constituída por trinta e duas galés e trinta naus. Estas seguiam sob o comando do almirante Lançarote Pessanha e do capitão-mor João Focim, cavaleiro castelhano exilado em Portugal⁷. O principal objetivo seria imobilizar a frota castelhana, bem como bloquear o abastecimento a Sevilha. A armada portuguesa empreendeu a devastação de diversas comunidades andaluzas, ficando as naus ancoradas em frente a Sanlúcar de Barrameda e as galés mais para dentro do rio, onde permaneceram durante mais de um ano, entre junho/julho de 1369 e outono de 1370⁸. Fernão Lopes diz-nos que, durante todos estes meses, as embarcações revezavam-se nas viagens a Lisboa e ao Algarve, para se reabastecerem de mantimentos, refrescos, roupas, e também levarem o soldo aos seus homens⁹.

2 COELHO, D. *João I*, p.33.

3 MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, pp. 271-272 e GOMES, D. *Fernando*, p. 85.

4 Sobre o monarca, vide igualmente GOMES, D. *Fernando*.

5 MARQUES, *História de Portugal*, vol. 1, p. 207.

6 MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, pp. 271-272

7 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLII, p. 137.

8 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp. 333-335 e MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 1, p. 29.

9 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLII, pp. 137-139.

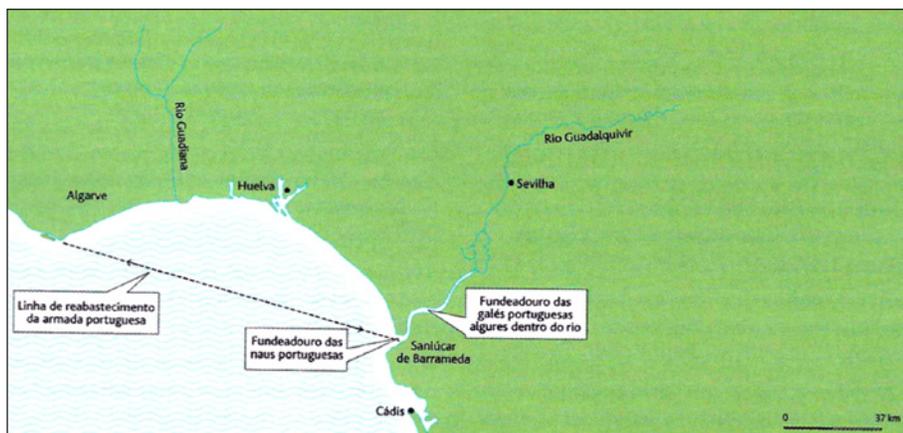


Figure 1.

João Gouveia, MONTEIRO, “As Campanhas que fizeram a História” in Nova História Militar de Portugal, (dir.) de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2003, p. 252.

No entanto, com a chegada do inverno as condições na frota complicaram-se e consta que os mantimentos, mesmo que regularmente enviados, não eram suficientes para os homens, que adoeceram, originando assim diversas mortes e deserções. Podemos apenas conjecturar os motivos pelos quais, apesar da existência de linhas de abastecimento, a frota terá sofrido da falta de víveres. Com o inverno, os mantimentos trazidos do reino poderiam não ser suficientes para todos os homens ou poderiam demorar mais tempo a chegar junto da frota. Condições adversas para a navegação poderiam impedir o sistema de reabastecimento estabelecido, resultando na falta de alimento que terá conduzido à fome, à doença (como escorbuto, entre outras doenças derivadas da falta de higiene e de uma adequada alimentação) e às deserções que podemos observar na seguinte passagem das crónicas:

“Passado o Veraão e vindo o inverno, começou a gente de adoecer e os mantimentos de mingoar (...) e posto que lhe el-rrei mandasse navios com bizcoito que sse fazia no Algarve e em Lixboa e outros mantiimentos e cousas que lhe mester faziam, nom era a avondança tanta que lhe satirfazer podesse; em guisa que per frio e fame e comer desacostumados viandas veherom muitos morte e fraqueza e continuadas doores (...) E mandava el-rrei muito burel e panos de linho e de coor e vestires

feitos pera algui's que andavom mall vestidos (...) Parte daas naaos e galles viinham ao Algarve e a Lixboa, e em estes logares lhe pagavom aas vezes seu soldo, e tomavom refresco e mantiimentos (...) mui longo tempo que conthinuamente alli jouverom, que foi huũ' ano e onze meses, passando muita fame e frio e outras dores (...) ca lhe cahiam os dentes e os dedos dos pees e das mãos, e outras tribullações (...)"¹⁰.

Além disso, as operações não terão corrido como o esperado, tendo a frota portuguesa apenas capturado uma galé (denominada de *Bem-Ganhada*) e um baixel com azeite¹¹. É certo que os efeitos do bloqueio se faziam sentir em Sevilha, no entanto o inverno foi desolador para a frota portuguesa estacionada no Guadalquivir, como acima referimos. Nos piores momentos, a armada portuguesa viu-se reduzida a dezasseis galés e vinte e quatro naus¹². Poderemos tentar associar esta diminuição do número de embarcações na frota estacionada no Guadalquivir com a necessidade de reabastecimento dos homens, isto é, estas galés e naus em falta estariam a realizar uma das muitas viagens ao reino em busca dos mantimentos necessários para a manutenção do bloqueio.

Ao chegar a Sevilha, no outono de 1370, D. Henrique de Trastâmara resolve mandar armar vinte galés¹³; porém havia um problema: faltavam remos, porque durante a guerra civil D. Pedro levava muitos remos para Carmona¹⁴. A solução encontrada foi dividir por um número igual os remos pelos barcos (cem remos a cada galé, ficando a faltar oitenta)¹⁵; este défice reduzia-lhes, no entanto, a mobilidade. Apesar deste problema, a frota castelhana apresentava-se mais fresca e repousada, se comparada com a frota portuguesa, sendo apoiada por terra por D. Henrique. Os portugueses decidiram então recuar para o mar alto, onde as galés castelhanas, devido à falta de remos, não os poderiam perseguir¹⁶. D. Henrique decidiu então dividir a frota e, durante a noite, sete galés, comandadas pelo almirante genovês Ambrosio Bocanegra, escapam-se para a Biscaia em busca de auxílio (remos e naus), enquanto

10 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLII, pp. 137-139.

11 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLII, p. 138.

12 LOPES, *Crónica de D. Fernando* Cap. XLIV, p. 143.

13 LÓPEZ DE AYALA, *Crónicas de los Reyes de Castilla*, Cap. IV, p. 15.

14 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLIV, p. 143.

15 LÓPEZ DE AYALA, *Cronicas de los Reyes de Castilla*, Cap. IV, p. 16.

16 *Ibidem*, cap. IV, pp. 16-17.

as outras treze regressam a Sevilha¹⁷. Por seu lado, a frota portuguesa volta a ocupar o lugar que elegera para o bloqueio (as naus em Sanlucar de Barrameda e as galés dentro do rio). Por seu turno a frota castelhana regressa da Biscaia acompanhada de naus armadas em Santander e Castro Urdiales, e bloqueia a saída para o mar¹⁸. Encurralada, a frota portuguesa recorre a um estratagema: põe fogo a dois barcos cheios de azeite e larga-os em direção à frota castelhana, que é obrigada a afastar-se, permitindo assim a fuga das embarcações portuguesas para o mar alto e de volta ao reino, no outono de 1370¹⁹.

Não existiu nenhuma batalha naval, ganha ou perdida, bem como nenhum ganho em termos estratégicos para Portugal, no entanto o bloqueio resultou num severo desgaste de Sevilha, bem como da frota portuguesa.

3. O Abastecimento

Tendo observado as diversas dificuldades sentidas pela frota portuguesa durante o bloqueio a Sevilha, temos agora de focar a nossa atenção nos diversos meios utilizados para abastecer uma armada antes da sua partida.

Numa campanha medieval, tal como em qualquer outra época, o problema do abastecimento era muito relevante, pois com a falta de alimento a expedição poderia ficar comprometida. A questão dos abastecimentos era uma das maiores limitações dos exércitos medievais, pois estômagos vazios não constituíam prenúncio de sucesso. No entanto, existiam diversas possibilidades para garantir o abastecimento de um exército em campanha. Iremos de seguida analisar com mais profundidade cada um destes diferentes métodos de obtenção de vitualhas. Se é certo que para o presente artigo nos interessa mais compreender de que forma as tropas conseguiam obter recursos, julgamos ser pertinente incorporar aqui, para uma melhor visão de conjunto, igualmente algumas notas relativas à obtenção de provisões também em terra.

Uma das formas de abastecimento que se encontra mais presente nas crónicas é o “viver do que o país dá”. Isto é, os homens, aquando de uma expedição em território inimigo, comiam o que encontravam nos cam-

17 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLIV, pp. 143-144.

18 MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 1, p. 31.

19 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp. 333-335.

pos pelos quais passavam; empreendiam raides em busca de mantimentos para nutrir a coluna de marcha, ou até mesmo em situação de cerco, para abastecer o acampamento²⁰. Ou seja, de forma a obterem forragens e alimento, recorriam sobretudo no saque e no roubo das populações inimigas (e, por vezes, até das populações amigas).

Um contingente movimentando-se rapidamente por terreno inimigo não teria muita dificuldade em alimentar-se, mas a imobilidade, essa sim, poderia ser um problema (veja-se o caso dos cercos), pois os recursos que se encontravam em redor da praça assediada rapidamente se esgotavam²¹. Confiar no saque indiscriminado da região envolvente acabava por ser, no entanto, extremamente arriscado, pois os proprietários das terras em questão poderiam adotar uma política de “terra queimada”, refugiando-se no interior das suas fortalezas e não deixando nos campos nada de que o exército invasor se pudesse alimentar²². Além disso, mesmo para um exército em movimento, as vitualhas da região em causa poderiam ser insuficientes, e os proprietários, para além de queimarem os seus campos, também escondiam o seu gado e tudo aquilo que pudessem, de modo a dificultar o abastecimento pelo inimigo²³. No caso das frotas, registámos mais acima que, a caminho de Sevilha, a armada portuguesa foi causando alguma destruição, podendo igualmente ter aproveitado para colher alguns víveres que pudessem estar em falta.

Como exemplo de um roubo para efeitos de abastecimento de uma hoste, podemos observar o que se passou em 1384, aquando de uma incursão por Castela de diversos nobres portugueses. Segundo Fernão Lopes, eles...

20 De modo a ilustrar melhor este tema, Philippe Contamine diz-nos, em jeito de exemplo: “Lors de leurs grandes chevauchées à travers le royaume de France, les Anglais prenaient soin de consommer le moins possible les vivres dont ils s'étaient pourvus au départ et qu'ils transportaient dans leurs chariots; ils préféraient se ravitailler sur place, aux dépens des populations locales. Pour exploiter une plus large bande de territoire, ils divisaient leur armée en trois corps, progressant parallèlement, sur une distance d'une vingtaine de kilomètres et à une vitesse de déplacement comprise entre dix et vingt kilomètres par jour”. O que gostávamos de sublinhar neste extrato é a divisão em três partes da hoste, de modo a explorarem o máximo de terreno possível e a recolherem a maior quantidade de mantimentos possível. Cf. CONTAMINE, *Guerre État et société*, p. 123.

21 PRESTWICH, *Armies and Warfare*, pp. 259-260.

22 STRICKLAND, *War and Chivalry*, pp. 264-265.

23 CONTAMINE, *Guerre, État et société*, p. 123.

“(...) fezerom presa em dous fatos de vacas de Garçia Gomçallvez de Grisallva; e tomarom quatorze vaqueiros e arramearom as temdas e carregarõ os fatos com todos seus aparelhos. E assi trouverom vacas e novilhos e egoas com seus pastores (...) E acharom em aquella presa seteçentos novilhos que andavom apartados em huũ dos fatos; e as vacas eram mil e quatro centas; e viimte e seis eguas, e nove poldros (...)”²⁴.

Em 1398, quando o Condestável Nuno Álvares Pereira entrou por Castela, chegou até Vila Alva, e diz-nos o cronista que os portugueses...

...“nam podiam aver augua que os abastecesse, porque o tempo era muy seco; e porque as gentes dos castellaãos eram muytas, e estendiam-sse pella terra a myrar a hoste, e punhão fogo aos mantimentos por se não prestar deles, o Comde mandou diante correr e disse: Hij-vos e avey vista e limgoa da terra, e trazei alguns boys e vacas, se os poderdes aver, pera mantimento destas gentes (...)”²⁵.

Através desta última passagem, podemos reconhecer uma das grandes dificuldades pelas quais um exército que decidia “viver do país inimigo” poderia deparar-se: a política de “terra queimada”, que suprarreferido.

Também verificamos que, no processo de busca de alimento, era normal a coluna enviar alguns homens à frente, com a missão de percorrerem diversos quilómetros, até encontrarem forragens. O exemplo de 1384, atrás citado, mostra uma incursão por Castela que implicou diversos roubos de mantimentos vitais para a hoste portuguesa.

A Coroa podia encarregar-se, igualmente, da compra, com alguma antecedência, dos mantimentos que considerava necessários para uma determinada expedição²⁶. Os mantimentos comprados seriam depois revendidos aos combatentes da hoste, muitas vezes sob a forma de desconto nos respetivos soldos²⁷. A aquisição, por parte da Coroa, destes mantimentos era feita a preços mais baixos do que o normal, por ser em grandes quantidades e por o rei assim o determinar, originando muitas

24 LOPES, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*, cap. XCVII, pp. 163-164.

25 LOPES, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*, cap. CLXIII, p. 344.

26 LAMBERT, *Shipping the Medieval Military*, p. 54

27 FERRER I MALLOL, “La organización militar en Cataluña”, p. 211

vezes queixas por parte dos fornecedores. Este método de ‘compra por atacado’ era sobretudo utilizado pela monarquia para abastecer as fortalezas e as frotas. Este procedimento terá sido, muito possivelmente, um dos métodos escolhidos para o abastecimento da frota portuguesa aquando do Bloqueio de Sevilha. Na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, encontramos um caso no qual era necessária a compra de biscoito para algumas embarcações, pois este havia terminado:

“Onde avees de saber, que avendo o Conde novas, que as Fustas dos Mouros aviam de hir a hum salto a Castella, e dahy ao Regno do Algarve, fez armar tres Fustas suas, a saber, huma em que hia Andres Martim, e outra que trazia Alvaro Affonso d’Aguiar, e outra de que era Patrao Alvaro Fernandes do Cadaval, e per que nom tinha tanto biscoito que lhes podesse avondar aquelles dias, que lhes ordenava que lá andassem, mandou a Alvaro, que o fosse comprar a Santa Maria del Porto pera sy, e pera os outros. (...) e porque em Santa Maria nom acharom assy prestes, quem lhes vendesse o biscoito, encarregarom o feito a hum Genoês, e foram-se a Callez (...)”²⁸.

Philippe Contamine afirma que o exército francês utilizava com frequência esta solução da compra de mercadorias, mas salienta que também recorria à requisição de mercadores para acompanharem a hoste²⁹. Para aliciar tais mercadores, a Coroa concedia determinados privilégios, tais como a isenção das taxas de circulação e de outros impostos, salvocondutos, entre outros. Ao mesmo tempo, a monarquia tentava implementar um tabelamento dos preços, de modo a impedir a inflação dos bens alimentares, pelo menos dos de primeira necessidade³⁰.

Outra solução, bastante utilizada pela Coroa, era o uso do direito de requisição de alimentos entre as populações mais próximas. No entanto, o pagamento feito a essas populações acabava, muitas vezes, por não se concretizar, ou então por sofrer um atraso considerável³¹. Estes mantimentos seriam posteriormente vendidos pela própria monarquia aos combatentes que integravam a hoste: tal como observou Michael

28 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, livro II, cap. XIX, p. 305.

29 CONTAMINE, *Guerre, État et société*, p. 127.

30 MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 249.

31 CONTAMINE, *Guerre, État et société*, p. 125 e MONTEIRO, “Estratégia e Tática Militares”, p. 222.

Prestwich, ao analisar o caso dos exércitos medievais ingleses, não seria normal a Coroa providenciar alimento gratuito aos seus homens de armas³².

O monarca poderia, igualmente, exigir que os seus senhores abastecessem as suas gentes, e as cidades as suas milícias. A quantidade de mantimentos que teriam de levar consigo poderia variar de campanha para campanha, podendo ir de três dias até três meses. No entanto, quando estes víveres trazidos de casa pelos homens de armas chegassem ao fim, caberia à Coroa reunir as vitualhas necessárias ao bom sucesso do empreendimento³³.

Deve, entretanto, sublinhar-se que as crónicas quatrocentistas portuguesas aludem sobretudo a casos de operações rápidas, em busca de forragens e seguindo a regra do ‘viver do que a terra dá’³⁴.

No caso do bloqueio de Sevilha, sabemos que a frota se mantinha abastecida devido à existência de uma linha de abastecimento constante entre a armada e o reino. As embarcações iam e vinham trazendo mantimentos, armas, vestuário e os respetivos soldos para os homens de armas. O que nos leva a questionar: onde se abasteciam estas embarcações em Portugal? Era nas chamadas taracenas, que se caracterizam por ser estaleiros ligados à construção e à reparação naval, bem como à preparação do seu abastecimento³⁵. Existiam estaleiros em todas as povoações com atividade marítima e fluvial. Os mais importantes situavam-se em Lisboa e no Porto, onde nesta última, podem ter chegado a funcionar, em simultâneo, três taracenas. Nestas, existiam armazéns onde guardar remos, lemes, mastros e velas, bem como os fornos onde se cozia o biscoito³⁶.

32 PRESTWICH, *Armies and Warfare*, p. 252.

33 BACHRACH-BACHRACH, *Warfare in Medieval Europe*, pp. 200-201 e GARCÍA FITZ, “La Organización Militar en Castilla y León”, p. 117

34 Veja-se as seguintes passagens das crónicas que comprovam este fator: LOPES, *Crónica del Rei dom João I...*, *Parte Segunda*, cap. LXXV, p.174; cap. CV, pp. 220-221; cap. CLXXIV, p. 397.

35 Podemos observar isto mesmo numa carta de privilégios concedida por D. João I “(...) aos carpinteiros das taracenas (...)” de 1388 e numa outra carta de 1396 igualmente dedicada “(...) aos nossos carpinteiros e calafates e pitintaães que nos seruem e stam prestes pera nos serujr nas nossas galees e taracenas da cidade de lixboa (...)”. *Chancelarias Portuguesas - D. João I*, volume II-1, doc. II-326, p. 180 e volume II-2, p. 217, doc. II-1010.

36 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp. 318-320.

4. A alimentação

A alimentação, na Idade Média, tinha por base os cereais, a carne, e o vinho³⁷. Carecia das vitaminas A, C e D, o que se traduzia numa débil resistência face a infeções e a epidemias, bem como em diversas doenças dos olhos, dos rins (devido a deficiência em vitamina A) e no tristemente célebre escorbuto (devido à falta de vitamina C)³⁸. No que diz respeito à carne, era sobretudo consumida a de vaca, a de porco, a de carneiro e a de cabrito, bem como as carnes provenientes da caça³⁹. No caso do peixe, consumia-se de mar e de rio, mas sobretudo a pescada, bem como diversas outras variedades (como moluscos, crustáceos, trutas, sardinha, entre outros); uma das formas habituais de consumo de peixe era salgado ou defumado⁴⁰. O pão era por norma feito de trigo, no entanto, à falta deste cereal, poderia utilizar-se a castanha, a fava, a cevada, o centeio ou a bolota. O vinho bebia-se, normalmente, misturado com água. Também o sal (essencial para conservar alimentos)⁴¹, o vinagre e, claro está, a água seriam muito importantes.

Para o mantimento de uma frota, seria sobretudo utilizado o biscoito ou pão-coito⁴², uma vitualha que deveria ser feita com trigo de boa qualidade, em detrimento do centeio e da cevada, os quais, sendo mais húmidos e frios, rapidamente apodreciam e ganhavam bolor⁴³. Além disso, o centeio era menos energético que o trigo, pelo que os homens teriam tendência a comer mais. O vinho deveria ser forte, de modo a ser misturado com água. Dava-se preferência à ingestão de vinho e cerveja em detrimento da água que muitas vezes poderia estar contaminada originando problemas de doenças, como o caso da disenteria⁴⁴. Quanto à carne e ao peixe, de modo a não aumentar a sede, deveriam ser curados sem sal, ou seja secos, simplesmente. Deveria haver queijo e manteiga entre os víveres, bem como legumes, sobretudo as favas e o feijão, que alimentavam mais⁴⁵. Podemos notar, no entanto, uma gran-

37 GONÇALVES, “A Alimentação”, pp. 226-227.

38 MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 27.

39 ARNAUT, *A Arte de Comer*, pp. 13-15.

40 MARQUES, *A Sociedade Medieval*, pp. 28-31.

41 *Ibidem*, p. 33

42 O biscoito é um pão sem levedura, cozido pelo menos duas vezes, de modo a ficar seco e a durar mais tempo.

43 MARQUES, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. II, pp. 143-144.

44 STRICKLAND, *War and Chivalry*, p. 264.

45 DUARTE, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, pp. 320-321

de carência em legumes e frutas frescas na alimentação dos homens, o que os deixava vulneráveis ao aparecimento de certas doenças, como o escorbuto⁴⁶.

Todos estes alimentos precisariam, no entanto, de ser cuidadosamente racionados pela hoste. Associadas à falta de alimento estava a doença e as deserções, o que poderia colocar a expedição em risco. Assim, a hoste teria de controlar muito bem o seu consumo de vitualhas. Os víveres deveriam ser bem geridos, para durarem até ao final da campanha, e por isso mesmo se punia severamente qualquer tentativa de furto. Podemos observar no seguinte excerto das Ordenações Afonsinas as consequências a que estariam votados os infratores.

“Que nom seja alguum tam ousado de roubar, nem filhar bitalhas, nem outras cousas, que primeiro per outrem forem filhadas, sob pena de lhe cortarem a cabeça; nem outro fy nenhuas outras mercadarias, ou cousas quaeesquer que venham pera refrescamento da hoste, sob a pena fufo dita: e aquelle, que o fezer saber ao Conde-estabre, ou ao Marichal de taaes roubadores, ou filhadores, haverá mil reis por seu trabalho.”⁴⁷

Quanto a estimativas sobre o valor calórico dos alimentos consumidos, apenas podemos recordar cálculos apresentados na bibliografia estrangeira da especialidade. No caso francês, através da ingestão de pão, de carne, de ovos e de manteiga, chegou-se à conclusão de que um exército em marcha consumiria (por dia e por homem) cerca de 4.360 calorias, enquanto uma guarnição numa cidade sitiada consumiria cerca de 2.955 calorias e uma frota perto de 3.956⁴⁸. Contamine chega igualmente à conclusão de que a origem destes valores calóricos advém de uma percentagem de cerca de 67% de consumo de glúcidos, de 16.5% de lípidos, bem como de 16.5% de proteínas⁴⁹. Os homens de guerra franceses possuíam, portanto, uma alimentação aceitável, que carecia no entanto de lípidos e que possuía um teor demasiado elevado de glúcidos.

Após observarmos as necessidades calóricas dos homens de armas, temos de nos questionar sobre o peso e a quantidade de alimento ne-

46 MARQUES, *Nova História da Expansão Portuguesa*, p. 146.

47 *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Título LI, Regimento de Guerra, p. 299

48 CONTAMINE, *Guerre, État et société*, p. 652.

49 *Ibidem*, p. 653.

cessários para alimentar uma hoste. Segundo Michael Prestwich, as quantidades de comida necessárias para alimentar um exército medieval inglês eram elevadíssimas: uma hoste de 30 000 homens necessitaria de cerca de 5 000 kg⁵⁰ de cereais por semana; se juntarmos 5 000 mil cavalos, estima-se que cerca de 2000 kg de aveia fossem requisitados todas as semanas; para uma campanha que durasse cerca de dois meses, uma hoste britânica necessitaria, assim, de cerca de 56 000 kg de cereais⁵¹!

Se esmiuçarmos estes dados, descobrimos que um quilograma de pão, cozinhado nos diversos tipos de cereais produzidos na Europa Medieval, equivalia a cerca de 2000 calorias⁵². O mesmo número de calorias será providenciado por 750 gramas de biscoito. A diferença de peso entre o biscoito e o pão deve-se ao facto de o primeiro perder a água durante a segunda cozedura. Um quilograma de carne fresca representava 2500 calorias, enquanto o mesmo peso de carne seca fornece cerca de 3200 calorias. Novamente o processo de secagem eliminava a água existente, mantendo as calorias⁵³. As bebidas representavam igualmente uma fonte de calorias considerável para os homens de armas. Um litro de cerveja teria cerca de 300 a 600 calorias, dependendo do álcool que continha, e um litro de vinho deteria cerca de 825 calorias, sendo o tinto ligeiramente menos calórico do que o vinho branco. Ora, um litro de cada uma destas bebidas pesava cerca de um quilograma. Segundo Bernard Bachrach e David Bachrach, um soldado que consumisse cerca de 3600 calorias por dia deveria ingerir 1,2 quilogramas de pão, 200 gramas de carne seca, 100 gramas de ervilhas secas e 1 litro de cerveja. O peso total das rações deste homem de armas por dia será o de 2,5 quilogramas, excluindo o consumo de água fresca. Contas feitas, para alimentar um exército de mil homens seriam necessários 2500 quilogramas de víveres por dia⁵⁴. Estes valores deixam entrever o esforço logístico necessário para uma hoste reunir e transportar toda esta quantidade de mantimentos. Devido à falta de informação mais concreta, no entanto, é-nos impossível comparar

50 A medida que é utilizada na obra de Prestwich é o “quarter”, que tentámos converter em quilogramas, para melhor entendimento. No entanto, estes valores são apenas estimativas.

51 PRESTWICH, *Armies and Warfare*, pp. 247-248.

52 BACHRACH-BACHRACH, *Warfare in Medieval Europe*, p. 157.

53 *Ibidem*, p. 157.

54 BACHRACH-BACHRACH, *Warfare in Medieval Europe*, pp. 157-158.

estes dados com aquela que teria sido a alimentação realizada pelos homens presentes na frota aquando do bloqueio de Sevilha. Podemos depreender, todavia, que devido às privações passadas pelos homens estacionados no Guadalquivir as porções de mantimentos que detinham seriam menores relativamente aos dados apresentados acima. Ficamos porém, com uma noção de toda a quantidade ideal de vitualhas necessárias para a alimentação de uma hoste.

5. Conclusão

Concluimos dizendo que o bloqueio a Sevilha teve, apesar das dificuldades trazidas pelo inverno, um bom sistema de abastecimento. Os soldados receberam sempre o seu soldo, roupa, e víveres. É certo que os alimentos nem sempre foram suficientes, e o inverno rigoroso trouxe consigo a doença (em especial o escorbuto) e as deserções⁵⁵. No entanto, não deixa de existir uma organização que durante alguns meses de facto resultou, e conseguiu manter a frota na sua missão. Este conflito bélico acabou por não se traduzir em grandes benefícios estratégicos para Portugal, no entanto, cumpriu o seu objectivo no que diz respeito ao desgaste sofrido pela cidade de Sevilha, e no bloqueio exercido à sua frota. De referir, igualmente, o elevado esforço realizado pelo reino para manter a armada portuguesa na sua missão.

Quanto à guerra na qual se insere este episódio bélico, termina com a assinatura do Tratado de Alcoutim, em 1371, no qual D. Fernando reconhece D. Henrique como rei, renunciando a qualquer pretensão ao trono castelhano. Neste acordo, ficou ainda previsto o matrimónio do monarca português com Leonor, filha de D. Henrique⁵⁶. Chegava assim ao fim aquela que ficará conhecida como a Primeira Guerra Fernandina.

No que diz respeito aos meios utilizados pela coroa para fornecer mantimentos à sua frota, podemos concluir que se terá recorrido a requisições ou ao sistema de ‘compra por atacado’. Tais víveres seriam guardados nas chamadas taracenas, onde igualmente se cozia o famoso biscoito, prontos a serem enviados para os homens estacionados no Guadalquivir. Os barcos revezavam-se no transporte de vitualhas para a frota entre o reino e o local escolhido para o bloqueio. Todos estes aspectos nos deixam entrever o enorme processo logístico existente por

55 LOPES, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XLII, pp. 137-139.

56 COELHO, *D. João I*, p. 34.

detrás de tal empreendimento. Acrescentamos ainda que a alimentação dos homens de armas era constituída sobretudo por trigo, vinho e carne, carecendo de algumas vitaminas e proteínas essenciais para evitar o surgimento de doenças.

Fuentes y Bibliografía

1. Fontes

Chancelarias Portuguesas - D. João I, edição preparada por João José Alves Dias, I.N.I.C./Centro de estudos Históricas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica por Giuliano Macchi, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1975.

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977 (reprodução da edição do Arquivo Histórico Português, de 1915 preparada por Anselmo Braamcamp Freire).

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*. Edição preparada por William J. Entwistle, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

LÓPEZ DE AYALA, Pedro, *Cronicas de los Reyes de Castilla, Tomo II*, Imprensa de D. António de Sancha, Madrid, 1779.

Ordenações Afonsinas, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa; nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 5 vols. (reprod. fac-simile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1792).

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimientos Portugueses, 1988 (reprodução fac-similada da “Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol.2, 1792).

2. Estudos

ARNAUT, Salvador Dias, *A Arte de Comer em Portugal na Idade Média*, Colares Editora.

- BACHRACH, Bernard, S.; BACHRACH, David, S., *Warfare in Medieval Europe c.400 – c.1453*, Routledge, 2017.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Temas e Debates, Rio de Mouro, 2008.
- CONTAMINE, Philippe, *Guerre État et Société à la Fin du Moyen Âge*, La Haye, Paris, 1972.
- DUARTE, Luís Miguel, “A Marinha de Guerra Portuguesa” in *Nova História Militar de Portugal*, (dir.) de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2003.
- FERRER I MALLOL, María Teresa, “La organización militar en Cataluña en la Edad Media”, *Revista de História Militar*, Instituto de História y Cultura Militar, 2001.
- GARCIA FITZ, Francisco, “La Organización Militar en Castilla Y León” *Revista de História Militar*, Instituto de História y Cultura Militar, 2001.
- GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Temas e Debates, Rio de Mouro, 2009.
- GONÇALVES, Iria, “A Alimentação” in *História da Vida Privada em Portugal*, (dir.) de José Mattoso, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.
- LAMBERT, Craig L., *Shipping the Medieval Military*, The Boydell Press, Woodbridge, 2011
- MARQUES, A. H. Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, A Esfera dos Livros, 2010.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. 1, Editorial Presença, Lisboa, 2010.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa – A Expansão Quatrocentista*, Vol. II, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.
- MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota – A Guerra na Idade Média*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2011.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Notícias Editorial, Lisboa, 1998.
- MONTEIRO, João Gouveia, “Estratégia e Tática Militares”, in *Nova História Militar de Portugal*, (dir.) de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2003.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota - 1385 – A Batalha Real*, Tribuna da História, 2007.

MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 1, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa 1989.

PRESTWICH, Michael, *Armies and Warfare in the Middle Ages*, Yale University Press, New Haven and London, 1996.

STRICKLAND, Matthew, *War and Chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066-1217*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

Fecha de recepción: 22-05-2018

Fecha de aceptación: 16-10-2018

